

Semana tem COP 30 e sabatina de Paulo Gonet

Lula retorna da Celac para primeiro dia da Conferência do Clima

Por Gabriela Gallo

O foco desta semana é a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas 2025 (COP 30), em Belém (PA). O maior evento global para debater medidas sobre mudanças climáticas e aquecimento global começa nesta segunda-feira (10) e terminará no dia 21. Nesse meio tempo, Belém será simbolicamente a capital do país.

Contudo, antes da COP 30, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participou, neste domingo (9), da cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) com a União Europeia (UE), em Santa Marta, na Colômbia. A Cúpula da Celac durará até segunda-feira, mas o presidente brasileiro retornará mais cedo para participar do primeiro dia da COP 30 no Brasil.

Crime Organizado

Enquanto o Poder Executivo articula a negociação para a conferência do clima no Pará, o Congresso Nacional tem uma série de pautas previstas para esta semana. Na última sexta-feira (7), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), comunicou que escolheu o deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP) para ser o relator do Projeto de Lei (PL) nº 5582/2025, encaminhado pelo governo federal ao Congresso,



Senado decidirá se Gonet segue em novo mandato

e que visa reforçar o combate ao crime organizado. De acordo com Motta, o PL 5582 criará o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil. Apesar de ainda não ter data para o começo das votações acerca do tema, a proposta deve começar a ser negociada entre os parlamentares nesta semana.

Por meio de suas redes sociais, o deputado Derrite manifestou que assume a relatoria do batizado PL Antifacções “com um objetivo claro: lutar pela severa punição daqueles que escolhem o caminho do crime organizado”. O parlamentar estava licenciado de sua função de deputado federal porque estava exercendo o cargo de secretário de Segurança Pública de São

Paulo. Ele foi exonerado da secretaria pelo governador do estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e retornou para seu cargo no Legislativo na última quinta-feira (6).

Sabatina

Nesta quarta-feira (12), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado realizará a sabatina do atual procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, para avaliar se este continuará no cargo. Gonet foi novamente indicado por Lula para permanecer no posto. A sessão da CCJ está agendada para começar às 9h e, se aprovada, deve seguir para ser apreciada no plenário do Senado no mesmo dia. Se for

Marcelo Camargo/Agência Brasil

novamente sabatinado para comandar a PGR, o que é a expectativa que ocorra, Paulo Branco Gonet permanecerá no posto até 2027.

Além de Gonet, a CCJ também discutirá os nomes indicados pelo presidente da República para compor: o Superior Tribunal Militar (STM), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

CPMI

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ouvirá, nesta segunda-feira (10), a partir das 16h, o depoimento de Igor Dias Delecrode. Ele é apontado pelas autoridades que investigam os desvios como dirigente da Associação de Amparo Social ao Aposentado e Pensionista (Aasap), além de outras entidades investigadas.

Na sessão, o depoente terá que esclarecer qual foi o papel da Aasap e de outras associações (por exemplo, a Amar Brasil Clube de Benefícios, a Master Prev e Andapp), apontadas como parte do esquema. As entidades são suspeitas de movimentar R\$ 700 milhões por meio de mensalidades descontadas de aposentados sem a devida autorização prévia dos beneficiários.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Jefferson Rudy/Agência Senado



Senador finaliza proposta que irá para a Câmara

Flávio Bolsonaro prepara projeto que anistia o pai

O texto do projeto de anistia que o PL pretende colocar para votar nesta semana está sendo finalizado no gabinete do senador Flávio Bolsonaro (RJ) e será apresentado pelo líder do partido na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ).

O deputado afirma desconhecer o teor da proposta, mas o texto, aposta, será ainda mais amplo do que o projeto que ele

preparou e divulgou no início de setembro (previa anistia para os que participaram de atos a partir de 2019, para integrantes de milícias privadas relacionadas com a política e o fim de alguns inquéritos no Supremo Tribunal Federal).

Segundo Sóstenes, a proposta beneficiará pessoas que estão no exterior (“exiladas”, diz) e preservará cargos de servidores.

Fé em Motta

O líder do PL afirma ter conversado com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e confia que ele colocará em pauta o relatório sobre o tema preparado pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), que deve prever redução de penas.

Preferência

Sóstenes, então, pedirá a votação de um destaque de preferência — no caso, o próprio projeto de anistia elaborado por Flávio Bolsonaro. Caso seja aprovado, derrubaria o substitutivo de Paulinho. O líder do PL afirma ter garantido 290 dos 257 votos que são necessários.

Rejeição unânime dá pouca margem agora para Bolsonaro

Por Sabrina Fonseca

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, na sexta-feira (7) os recursos apresentados pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de outros seis réus do chamado “núcleo crucial da trama golpista. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator do caso, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia votaram contra os embargos de declaração interpostos pela defesa, consolidando o entendimento de que não há omissões, contradições ou obscuridades no acórdão anterior que justificassem a revisão da decisão. Luiz Fux, o único que tinha absolvido os réus, não mais votará, já que pediu transferência para a Segunda Turma.

A condenação original, publicada em 22 de outubro, fixou pena de 27 anos e 3 meses de prisão para Bolsonaro, em regime inicial fechado, pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, atentado ao Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada e abolição violenta do Estado de Direito. Os embargos que servem apenas para esclarecer eventuais pontos obscuros ou omissos de uma decisão judicial, sem alterar o mérito da condenação. Desde o início, a expectativa era que os quatro ministros não aceitariam o recurso. Mesmo assim, a defesa de Bolsonaro ainda pode recorrer com instrumentos excepcionais, como embargos infringentes ou recursos extraordinários, embora esses caminhos tenham efeito limitado. Eles agora teriam mais o efeito de adiar o trânsito em julgado da condenação, conferindo um pouco mais



Os quatro ministros negaram o recurso de Bolsonaro

de tempo para o início do cumprimento da pena.

A defesa do ex-presidente alegou falta de clareza em partes do processo e questionou o prazo curto para apresentação de provas e manifestações. No entanto, o relator Alexandre de Moraes afirmou que todos os direitos de defesa foram respeitados e que o conjunto probatório é robusto o suficiente para manter a condenação.

Fase final

Com a decisão, o julgamento avança para a fase final. Caso o STF confirme a rejeição de todos os recursos, a condenação transitará em julgado —isto é, vai se tornar definitiva. A partir daí, o tribunal poderá determinar o início do cumprimento da pena, que deve ocorrer no Presídio da Papuda, em Brasília, em uma sala especial da Polícia Federal ou em alguma outra prisão, conforme determinação da Corte.

Para o cientista político Alexandre Bandeira, a prisão de Bolsonaro na Papuda seria apenas um ato simbólico: “Levar Bolsonaro para um presídio

é mais do que tudo um ato simbólico. Marca o desfecho de um processo conduzido por e no STF, cuja mensagem propaga que mesmo um presidente, que atente contra a Democracia Brasileira pode ser condenado e levado a um presídio. Lógico que não é um epílogo, pois os desdobramentos e reações desse momento devem estremecer ânimos nas ruas e nos parlamentos, às vésperas de uma eleição”, analisou.

O caso de Bolsonaro está inserido no contexto das investigações sobre os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, quando prédios dos Três Poderes foram invadidos e depredados por manifestantes. Segundo o acórdão do STF, as ações atribuídas ao ex-presidente e seus aliados tinham como objetivo restringir o funcionamento legítimo das instituições e tentar reverter o resultado das eleições de 2022.

Ao Correio da Manhã, o deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), líder do PL na Câmara, disse que a oposição irá reagir, pois não é justo, de acordo com ele, Bolsonaro ir para a Papu-

da e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quando foi condenado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro na ação penal envolvendo um triplex no Guarujá ir para a sede da Polícia Federal. O deputado ainda definiu o ato do STF como “injustiça”.

Crimes

Em 11 de setembro, a Primeira Turma do STF condenou, por 4 a 1, o ex-presidente e aliados pelos crimes de tentativa de golpe, organização criminosa, ataque ao Estado Democrático de Direito, dano qualificado e destruição de patrimônio histórico. Votaram pela condenação os ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Alexandre de Moraes (relator), enquanto Luiz Fux votou pela absolvição. É a primeira condenação de um ex-presidente brasileiro por tentativa de golpe.

Bolsonaro foi sentenciado por cinco delitos: integrar uma organização criminosa armada; tentar, de maneira violenta, suprimir o Estado Democrático de Direito; promover um golpe de Estado; causar dano a bens da União com violência e grave ameaça, gerando prejuízo significativo; e degradar patrimônio histórico protegido.

Também foram condenados os ex-ministros Anderson Torres (Justiça), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa) e Walter Braga Netto (Casa Civil e Defesa), além do ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, e do deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem.



Sóstenes: reunião de amanhã definirá pauta

Líder nega relação entre projeto e prisão do ex

Sóstenes nega que a possibilidade de prisão iminente de Jair Bolsonaro seja o principal mote para a tentativa de votação da anistia.

Segundo ele, a proposta independe da situação do ex-presidente, das relações que serão geradas por sua ida para a cadeia.

De acordo com deputado, como não houve

reunião do colégio de líderes na semana passada, o encontro deverá ocorrer amanhã, quando será definida a pauta desta semana.

A reunião deverá ser tensa pela decisão de Motta de designar Guilherme Derrite (PP-SP), ligado a Tarcísio de Freitas, para relatar o projeto antifacção apresentado pelo governo.

Saudade

Faz sucesso na direita e do Centrão um vídeo produzido com inteligência artificial que mostra Arthur Lira (PP-AL) dançando e sorrindo ao som de “Saudade do meu ex”, sucesso de Marília Mendonça. Depois da nomeação de Derrite, até o PT deve adotar a montagem.

Escolha

Caberá a Jair Bolsonaro definir quem será o segundo candidato do PL ao Senado no Estado do Rio — o primeiro será Flávio (isso, se ele não tentar a Presidência da República). Em tese, a segunda vaga será do governador Cláudio Castro ou do senador Carlos Portinho.

Bets e vendas

O setor de supermercados está a cada dia mais preocupado com o efeito da epidemia de bets no consumo. Muita gente deixa de comprar comida para apostar — pior, como frisa um empresário, é que o dinheiro gasto vai para fora, não movimenta a economia brasileira.

Terceiro nome

O ex-presidente, porém, apoiado por Flávio, já aceitou com a possibilidade de Sóstenes ficar com o posto. O líder do PL, que evita tratar do assunto, disse a Bolsonaro que prefere tentar renovar o mandato de deputado para disputar a presidência da Câmara.